

Montaigne e a condenação moral da glória

Montaigne and the moral condemnation of glory

ANA PAULA MANOEL FELIPE¹

Resumo: O objetivo do presente texto é apresentar as considerações de Montaigne acerca do tema da glória presentes em Os Ensaios, livro II, capítulo 16, intitulado “Da glória”. Para tanto, serão analisados os argumentos que determinam a credibilidade de uma ação digna de virtude, o papel da fortuna no reconhecimento de ações virtuosas e sua crítica à busca desmedida do ser humano pela glória. Destaca-se a importância do autocontentamento em seu texto, visto que Montaigne defende que as informações mais profundas sobre si mesmo somente são acessíveis ao sujeito portador desses sentimentos. Portanto, a virtude de uma ação não deveria ser determinada pelo reconhecimento de outrem e sim estar de acordo com a consciência do próprio sujeito que realiza a ação.

Palavras-chave: Glória; Virtude; Condenação.

Abstract: The aim of this text is to present Montaigne's considerations on the subject of glory in The Essays, Book II, Chapter 16, entitled “On Glory”. To this end, we will analyze the arguments that determine the credibility of an action worthy of virtue, the role of fortune in the recognition of virtuous actions and his criticism of human beings' inordinate quest for glory. The importance of self-contentment is highlighted in his text, since Montaigne argues that the deepest information about oneself is only accessible to the subject who has these feelings. Therefore, the virtue of an action should not be determined by the recognition of others, but should be in accordance with the conscience of the subject who performs the action.

Keywords: Glory; Virtue; Condemnation.

Introdução

Montaigne inicia o ensaio 16 do livro II denominado “Da glória” esclarecendo a diferença entre nome (nom) e coisa (chose). O nome é uma palavra que designa e significa a coisa. Portanto, o nome não é qualificado como uma parte da coisa, nem mesmo da substância, sendo assim, é considerado uma peça externa juntada à coisa. Segue sua introdução ao tema da glória com o

¹ Mestranda no programa de Pós-Graduação em Filosofia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Possui graduação em filosofia pela Universidade Estadual de Londrina (2023). Membro do Projeto de Pesquisa Suicídio e valor da vida em Montaigne e Schopenhauer. Desenvolvimento de pesquisa na área de Ética e Política. Atualmente cursa alemão nível B1 no Colégio Mãe de deus (CMD), estuda francês nível A2 no Laboratório de línguas da UEL (LABLÍNGUAS), aprende italiano nível A2 em Itália e Língua Italiana (ILI) e estuda Russo nível A1 em Clube Eslavo (CE). E-mail: ana.paula.manoel@uel.br

célebre exemplo de Deus². De acordo com Montaigne, Deus é totalmente perfeito, por isso não pode crescer ou ser melhor, visto que já alcançou o ápice de uma perfeição absoluta. Entretanto, salienta-se que o nome de Deus pode ser engrandecido e crescer pelo agradecimento e louvor que prestamos às suas obras, evidencia-se então a diferença inicial entre nome e coisa, pois “Como não podemos incorporar-lhe esse louvor, posto que ele não pode ter acréscimo de bem, atribuímo-lo a seu nome, que é sua parte exterior mais próxima” (MONTAIGNE, 2006, p. 429).

Desse modo, sua introdução serve para evidenciar o porquê apenas a Deus cabem glórias e honras. Ele justifica que a essência do ser humano é pobre e imperfeita, “somos ocos e vazios; não é de vento e palavras que nos devemos afainar” (MONTAIGNE, 2006, p. 429). Portanto, sendo o exemplo da própria imperfeição e do erro, o ser humano não deve buscar a honra e a glória, pois este jamais seria merecedor de tais benefícios. Montaigne menciona Crisipo e Diógenes, que, segundo ele, foram os primeiros autores que evidenciaram o desprezo pela glória. O despreço pelos louvores desmedidos é um ato de prudência, pois a história evidencia que “não há coisa que envenene tanto os príncipes quanto a adulação” (MONTAIGNE, 2006, p. 429) e nada mais frequente no corrompimento da castidade das mulheres que “apascentá-las e entretê-las com louvores” (MONTAIGNE, 2006, p. 429).

O pobre ser humano está em penúria de beleza, saúde, sabedoria e virtude. A glória baseada no reconhecimento alheio causa uma falsa sensação de sucesso, que por sua vez distrai o ser humano de sua verdadeira miséria. Todavia, Montaigne salienta que até mesmo essa busca desenfreada por honras e glórias carece de sentido, visto que a fortuna é a verdadeira responsável pelo reconhecimento dos méritos alheios. Isto é, nem ao menos buscar a glória o ser humano consegue realizar corretamente, pois permanece ludibriado pela falsa premissa de que se agir virtuosamente será recompensado.

² Vale lembrar, que Montaigne separa totalmente fé e razão, mas ambas são importantes se atuarem separadamente, pois a razão é muito frágil e contrária a tudo o que é sobrenatural. Essa discussão, desenvolvida na “Apologia de Raymond Sebond” do Livro II, ensaio 12, é vista também no Livro I, ensaio 56, intitulado “Das orações”.

As condições para uma ação virtuosa

Em contrapartida, o reconhecimento dos benefícios proporcionados pela glória não são ignorados, é inegável que existem vantagens proporcionadas por ela, como, por exemplo, tornar-nos menos expostos às injustiças, aos ataques e às ofensas de outrem. Montaigne toma como modelo Epicuro, pois o preceito de sua seita que prescreve “esconde tua vida” proíbe os homens de se envolverem com cargos públicos “também pressupõe necessariamente que se menospreze a glória, que é uma aprovação que o mundo dá às ações que colocamos em evidência” (MONTAIGNE, 2006, p. 430). Desse modo, apresenta-se o modelo de conduta elogiado por Montaigne, num tom deveras descritivo, pois quem se oculta e se ocupa apenas de si mesmo, não deveria buscar homenagens e glória.

No entanto, o tom prescritivo que muitas vezes toma conta de Os Ensaaios abre caminho para o exercício da dúvida. Por mais que os argumentos apresentados por Montaigne sejam considerados “infinitamente verdadeiros, em minha opinião, e lógicos” (MONTAIGNE, 2006, p. 430), ele destaca a duplicidade do ser humano. Conforme suas considerações, o ser humano é duplo em si mesmo, o que faz com que tenha dúvidas sobre o que ele mesmo acredita e não consiga desembaraçar-se totalmente do que ele mesmo condena. Como exemplo, Montaigne menciona uma carta de Epicuro escrita à beira da morte, pois o conteúdo dessa carta trai teoricamente os próprios preceitos de sua seita. Na carta, Epicuro reconhece que, mesmo com fortes dores intestinais, o pensamento que lhe trazia prazer e o confortava era a lembrança de suas descobertas e de seus discursos, esse tipo de pensamento é propriamente caracterizado como sentimento de glória.

E o que me faz interpretar que esse prazer que ele diz sentir na alma, por suas descobertas, relaciona-se de certa forma com o renome que por elas esperava adquirir depois da morte, são as disposições de seu testamento, pelo qual pretende que Aminômaco e Timócrates, seus herdeiros, todo mês de janeiro, para celebrar seu aniversário, cobrissem os gastos que Hermarco ordenasse, e também a despesa que se faria, no vigésimo dia de cada lua, para alimentar os filósofos seus amigos, que se reuniriam em nome da honra dele e de Metrodoro. (MONTAIGNE, 2006, p. 430)

Por outro lado, Montaigne menciona o exemplo de Carnéades que considerava a glória por si mesma desejável, opinião essa, seguida pela maioria das pessoas. Menciona também Aristóteles, que coloca a glória no patamar de primeiro lugar entre os bens externos, evitando, como dois extremos viciosos, a falta de moderação tanto em buscá-la como em fugir dela. Cícero é fortemente criticado, visto que Montaigne acreditava que se tivéssemos os livros que Cícero escrevera sobre esse assunto “ele nos diria disparates; pois esse homem foi tão arrebatado pela paixão que, se tivesse ousado, facilmente teria, creio eu, caído no excesso em que caíram os outros: o de que a própria virtude só era desejável pelas honras” (MONTAIGNE, 2006, p. 432).

O autor de *Os ensaios* se enfurece com a falsidade da premissa de que a virtude do homem só teria valor enquanto visasse alcançar determinadas honrarias. Ele defende que “essa é uma opinião tão falsa que me irrita que ela possa um dia ter penetrado no entendimento de homem que teve a honra de portar o nome de filósofo” (MONTAIGNE, 2006, p. 432). Conforme Montaigne, se isso fosse verdade, apenas seria preciso praticar a virtude em público. Desse modo, só teríamos que manter as atividades da alma (que seria propriamente a sede da virtude) em ordem enquanto as virtudes tivessem o potencial de alcançar e aparecer para os outros. Montaigne se detém em exemplos para a defesa de seu posicionamento:

Então se trata apenas de errar com astúcia e sutileza? “Se souberes, diz Carnéades, que há uma serpente escondida no lugar em que, inadvertidamente, vai sentar-se aquele cuja morte esperar proveito, ages mal se não o avisares; e ainda mais se sua ação só for conhecida por ti.” Se não buscarmos em nós mesmos a regra de agir bem, se a impunidade nos é justiça, a quantas espécies de maldade temos de nos entregar diariamente! (MONTAIGNE, 2006, p. 432)

Não cabe ao indivíduo atribuir honras e glórias para as suas ações virtuosas, pois a glória é distribuída às ações virtuosas por meio da fortuna, “é a sorte que nos aplica a glória, de acordo com sua leviandade” (MONTAIGNE, 2006, p. 433). Montaigne compara a glória do homem com sua própria sombra, visto que por vezes ela vai à frente de seu corpo e às vezes excede muito em extensão. Outro exemplo que fortalece seu posicionamento refere-se à crítica aos

ensinamentos da nobreza que pregam a valentia como um meio para alcançar as honras. Nessa perspectiva, a valentia e a coragem não possuem valor por serem virtudes, mas sim porque, quando são vistas, se tornam célebres. Para Montaigne, crer que uma ação é virtuosa apenas quando se torna célebre acaba incentivando os homens a nunca se arriscarem se não forem vistos realizando suas ações. Nesses casos, parece-me não existir virtude alguma, quem dirá alguma espécie de honra ou glória que possam-lhe ser atribuídas.

Em seguida, Montaigne adota um tom confessional ao afirmar que o que busca em sua vida é a tranquilidade. Almeja uma vida tranquila, “tranquila não segundo Metrodoro ou Arceslau ou Aristipo e sim segundo eu mesmo” (MONTAIGNE, 2006, p. 434). Defende que cada pessoa deve buscar seu próprio caminho para a tranquilidade, visto que a filosofia não foi capaz de encontrar um mesmo caminho adequado para todos. Logo depois, ele retoma sua argumentação por meio de exemplos para defender que o que confere credibilidade à grandeza de grandes personagens históricos, como César e Alexandre, é justamente a fortuna.

131

A que devem César e Alexandre a infinita grandeza de seu renome, senão à fortuna? Quantos homens ela extinguiu no início da escala militar, dos quais não temos o menor o menor conhecimento, e que usariam de tanta coragem quanto aqueles, se a desventura de sua sorte não os tivesse detido de chofre no início de seus cometimentos! Através de tantos e tão extremos perigos, não me lembro de haver lido que César algum dia tenha sido ferido. Milhares morreram de perigos menores do que o menor entre os que ele venceu. Inúmeras belas ações devem perder-se sem testemunhas antes que uma delas traga proveito. (MONTAIGNE, 2006, p. 434)

Quanto à morte, Montaigne aplica o mesmo preceito, pois “quem considera sua morte como mal empregada se não acontecer em uma situação notável, em lugar de dar brilho a morte obscurece a sua vida” (MONTAIGNE, 2006, p. 435). Para Montaigne, a glória parece ter mais relação com a consciência que os homens têm de si mesmos. Ela não existe apenas quando é reconhecida por outrem, portanto, cada indivíduo deve estar consciente dos seus próprios valores e de suas próprias virtudes, independentemente de aplausos alheios para assegurar suas honras. Por isso, Montaigne afirma que “quem só é homem de

bem porque os outros ficarão sabendo e porque o estimarão mais depois de ficar sabendo, quem só quer agir bem com a condição de as virtudes chegar ao conhecimento dos homens não é homem de quem possamos obter grandes serviços” (MONTAIGNE, 2006, p. 435). Estar consciente de suas próprias virtudes sem a interferência do julgamento alheio promove uma certa libertação ao ser humano. Autocontentar-se³ consigo mesmo promove a libertação de viver sob as garras do julgamento alheio, isso favorece determinada sabedoria na tomada de decisões no que concerne a sua própria vida, tornando o indivíduo senhor de si mesmo. Consciente de suas próprias virtudes e vícios, a partir de sua própria análise, o homem alcança um estado de tranquilidade que apenas certo grau de autoconhecimento pode proporcionar ao ser humano.

O papel do autocontentamento

O elogio ao autocontentamento contagia seu ensaio e transforma-o em uma espécie de manual para o autoconhecimento. O autocontar-se consigo mesmo é definido aqui como a ação de contentar-se com o conhecimento de si mesmo, admitir as características de seu próprio caráter e aceitá-las sem a inferência do reconhecimento alheio de seus méritos. Esse autocontentamento é promovido por meio do autoconhecimento, de suas virtudes, de seus vícios e de seu caráter. Ora, é impossível autocontentar-se sem autoconhecer-se. Por menor que seja o autoconhecimento dos homens – vista a inviabilidade de autoconhecer-se completamente – Montaigne propõe que “não é para alarde que nossa alma deve⁴ desempenhar seu papel; é dentro de nós, no íntimo, aonde outros olhos não chegam exceto os nossos: ali ela nos protege do temor da morte, das dores e mesmo da desonra” (MONTAIGNE, 2006, p. 436). Portanto, o valor

132

³ É digno de nota que Montaigne não usa esse termo em seu texto, tomo a liberdade de intitular como autocontentamento a ação de contentar-se com o conhecimento de si mesmo não buscando o reconhecimento de seus méritos em louvores alheios, o que parece estar consoante com o conteúdo textual do ensaio em questão.

⁴ Montaigne usa a palavra deve (*doit* conjugação do verbo *devoir* no presente do indicativo), porém penso que não se trata do uso de um tom prescritivo ou dogmático. Seu texto parece ter mais relação com o incentivo à autocrítica que promove o autoconhecimento.

do autocontentamento é muito maior e mais digno de ser desejado do que a glória dependente do reconhecimento de outrem. Colocar o seu próprio valor nas mãos de estranhos parece ser um disparate, visto que,

É preciso selecionar de uma nação inteira uma dúzia de homens para julgar sobre uma jeira de terra; e entregamos o julgamento de nossas inclinações e de nossas ações – a matéria mais difícil e mais importante que existe – à voz do povo e da turba, mãe de ignorância, de justiça e de inconstância. Será razoável fazer a vida de um sábio depender do julgamento dos insensatos? (MONTAIGNE, 2006, p. 437)

Nada é mais contraproducente do que valorizar a opinião de estranhos sobre si mesmo antes de suas próprias considerações, antes de seu próprio contentamento, pois “nenhuma flexibilidade de espírito poderia conduzir nossos passos na esteira de um guia tão desvairado e tão desordenado” (MONTAIGNE, 2006, p. 437). Como mencionado anteriormente, a glória – entendida aqui como o reconhecimento de nossos méritos por outras pessoas – depende totalmente da fortuna, logo “não temos motivo para esperá-la num caminho em vez deste” (MONTAIGNE, 2006, p. 438). Montaigne admite a existência de uma doçura natural⁵ em sentir-se louvado, porém reconhece que o ser humano lhe atribui demasiado valor.

Retomando seu tom confessional, Montaigne afirma “não me preocupa tanto qual eu seja para outrem como me preocupa qual eu seja em mim mesmo” (MONTAIGNE, 2006, p. 439). Adverte que estranhos não são aptos para julgar uma pessoa porque apenas têm acesso às aparências das pessoas e não aos seus mais profundos sentimentos⁶. As informações mais profundas sobre si somente

⁵ No original: *Douceur naturelle*.

⁶ A ideia de autocontentamento tem relação direta com a conhecida premissa de “bastar-se a si mesmo”. Consoante a isso, Sêneca, citado por Montaigne no ensaio em questão, em sua obra *Cartas a Lucílio*, promove a defesa da tese de que bastar-se a si mesmo é condição necessária para o alcance da sabedoria. Percebe-se uma grande semelhança entre os autores no que concerne à necessidade de ser suficiente para si mesmo, antes de almejar ser suficiente para outrem. Sêneca alerta que “enquanto nada for suficiente para ti, também tu não bastarás para satisfazer os outros” (SÊNECA, 2021, p. 67). Ao ser seduzido pelos louvores alheios, o homem deveria verificar “se ainda tens motivo de agrado ante ti próprio, já que és homem que muitos possam entender! Os autênticos bens são apenas de foro íntimo” (SÊNECA, 2021, p. 18). Para ambos os autores, admite-se a ideia de que as ações virtuosas têm valor em si mesmas, visto que não dependem

são acessíveis ao sujeito portador desses sentimentos, por isso Montaigne afirma “eles não vêem meu coração; vêem apenas meu comportamento” (MONTAIGNE, 2006, p. 439). Eis o grande perigo do julgamento com base apenas no comportamento de alguém: o comportamento pode ser dissimulado, pois “cada qual pode ter um ar alegre exteriormente e por dentro estar cheio de febre ou receio” (MONTAIGNE, 2006, p. 439). Estar consciente de suas próprias virtudes sem a interferência do julgamento alheio promove uma certa libertação. Se autocontentar consigo mesmo proporciona a libertação de viver sob as garras do julgamento alheio, isso favorece determinada sabedoria na tomada de decisões no que concerne à sua própria vida, tornando o indivíduo senhor de si mesmo⁷. Consciente de suas próprias virtudes e vícios, a partir de sua análise sobre si mesmo, o homem alcança um estado de tranquilidade que apenas o autoconhecimento poderia proporcionar ao ser humano.

Em seguida, Montaigne denuncia a hipocrisia que existe na guerra referente aos oportunistas que, em busca de glória, esquivam-se dos perigos e fingem-se bravos no momento oportuno em busca da famigerada glória. Ele enfatiza que, se alguém pudesse usar o anel de Platão, o famoso anel de Gíges⁸, a maioria das pessoas se esconderia por meio do poder do anel, que tornava invisível quem o tivesse em sua posse. Assim, se ocultariam diante do perigo e apareceriam somente no momento em que as glórias pudessem lhe ser atribuídas. Por isso, as aparências externas são imensamente incertas e duvidosas e “não há outra testemunha tão fiel quanto cada qual sobre si mesmo” (MONTAIGNE, 2006, p. 440).

134

da opinião de outrem para a obtenção do título de virtude. Sendo assim, a busca incansável pela glória apenas demonstra a condenável incapacidade do ser humano de bastar a si mesmo.

⁷ Sobre esse ponto, Stefan Zweig afirma: “O que me toca e o que me importa em Montaigne hoje é apenas entender como ele se tornou interiormente livre em um tempo semelhante ao nosso, e como nós, quando o lemos, podemos nos fortalecer com seu pensamento” (ZWEIG, 2015, p. 23).

⁸ O anel de Gíges é um artefato mítico mencionado por Platão, no segundo livro de *A República*. O objeto concede ao seu dono o poder de tornar-se invisível e novamente aparecer quando bem lhe aprouver.

A condenação da busca pela glória

De modo muito sutil, Montaigne prescreve um certo tipo de prudência ao cuidarmos de nosso próprio nome. Essa prescrição é sutil porque Montaigne não usa a sentença dogmática, você deve, somente, se limita a descrever o comportamento dos homens de modo condenatório e, em seguida, apresenta como ele mesmo se comporta. Sugerindo assim, que seu modo de encarar é como julga ser a melhor maneira de lidar com o assunto. Por isso, é sutil, é uma prescrição que no limite, beira apenas a uma descrição dos homens. No entanto, o que me convence de um pequeno tom prescritivo é a maneira como ele denuncia o comportamento alheio e, logo em seguida, descreve a maneira como ele próprio age. Isso se verifica na seguinte passagem:

Chamamos de engrandecer nosso nome o estendê-lo por muitas bocas; queremos que seja bem-visto e que esse seu crescimento lhe traga proveito: eis o que pode ser mais desculpável nesse desígnio. Mas o excesso de tal doença chega ao ponto de muitos procurarem fazer falar de si de qualquer modo que seja. Pompeu Trogo conta sobre Eróstrato, e Tito Lívio sobre Mânlio Capitolino, que eles eram mais desejosos de grande de que de boa reputação. Esse vício é habitual. Cuidamos mais que falemos de nós do que como falamos; e basta-nos que nosso nome corre pela boca dos homens, em qualquer condição que corra. Parece que ser conhecido seja de certa forma ter a via e a duração sob a guarda de outrem. Quanto a mim, considero que só em mim existo, e essa outra vida que reside no conhecimento de meus amigos, considerando-a pura e simplesmente em si, bem sei que não obtenho dela proveito nem gozo a não ser pela vanidade de uma ideia fantasiosa. E quando estiver morto obterei ainda muito menos. (MONTAIGNE, 2006, p. 440-441).

135

Destaca-se a condenação da glória póstuma, pois a glória não consegue favorecer em nenhuma medida quem já não vive para aproveitar seus benefícios. Benefícios esses, que conforme Montaigne, nem mesmo são tão grandes assim. Não se pode lutar contra a fortuna, eis o ponto principal do ensaio. Montaigne retoma sua argumentação em defesa de que “as fortunas de mais da metade do mundo, por falta de registro, não saem de seu lugar e se desvanecem sem permanência” (MONTAIGNE, 2006, p. 442). Isso quer dizer que não podemos esperar nenhum enaltecimento particular da glória sobre uma ação nobre, visto

que existiram imensuráveis ações na história que a fortuna nos privou do conhecimento e continuarão existindo infinitas ações virtuosas que jamais receberam as devidas honrarias. É digno de menção ainda, as ações que receberam glórias indevidas, por conta da incerteza das aparências externas, coisa que por conta da natureza do ser humano, continuará acontecendo incessantemente. Portanto, a melhor saída parece ser a condenação da glória.

Montaigne salienta, que mesmo aqueles que vemos agir bem são esquecidos. Adverte que “quem ponderar com moderação e justeza de quais pessoas e de quais feitos a glória se conserva na memória dos livros descobrirá que em nosso século há bem poucas ações e bem poucas pessoas que posam reclamar o direito a ela” (MONTAIGNE, 2006, p. 442-443). Ele declara que os sábios propõem-se a um fim mais belo e justo sem esperar reconhecimento póstumo, toma como exemplo frases de Cícero e Sêneca que exprimem a ideia de que a recompensa de uma boa ação vale por si mesma e independe de reconhecimento. Montaigne admite que no caso de pintores, de artistas e até mesmo de gramáticos, é razoável assentir com a busca por renome de suas obras, porém as ações da virtude não necessitam de tal reconhecimento.

Em um tom um tanto quanto irônico, Montaigne delibera que a falsa ideia de glória serve à coletividade para manter os homens no dever. Se, por conta da ilusória consideração de que a prática das virtudes ocasiona a glória, promovendo assim essa prática, então que essa ideia “cresça vigorosamente e que a alimentem entre nós o máximo possível” (MONTAIGNE, 2006, p. 444). No início do ensaio, sua ideia principal era a condenação das virtudes que visam apenas a glória, uma teoria belíssima, mas que infelizmente o próprio Montaigne não se convenceu de sua praticidade. Após expor suas considerações, ele retorna para a realidade, visto que Montaigne é um filósofo da vida e não somente dos livros. Ele conta com a malícia de perceber que, na prática, nem todos podem ser sábios, em verdade a maioria não é. O que fazer nesses casos? Desestimular a prática da virtude? Se “não conseguem pagar-se com uma moeda verdadeira, que se continue a empregar a falsa” (MONTAIGNE, 2006, p. 445), isto é, se não é possível convencer as pessoas de praticar a virtude sem interesse pela glória, pois que se

estímule a prática por interesse. Desse modo, conclui-se que qualquer ação virtuosa, interessada ou não, é preferível a nenhuma.

Conclusão

Em suma, Montaigne reconhece os benefícios da glória, mas alerta-nos para os seus perigos. Ele critica veementemente as ações virtuosas que visam o alcance da glória e destaca o importante papel da fortuna para a obtenção de honras por meio de ações heroicas. O elogio ao autocontentamento exerce um papel importante em seu texto, condenando assim, a valorização da opinião alheia como medida para as virtudes de um indivíduo, pois a libertação gerada pelo autocontentamento e pelo autoconhecimento distanciam-se em grande medida da necessidade do reconhecimento alheio. Todavia, penso que o mais interessante desse ensaio é a maneira como ele argumenta durante todo o seu texto sobre os motivos de condenação moral da glória e finaliza reconhecendo que infelizmente toda essa condenação de práticas de ações virtuosas que cobiçam a glória não exercem grande relevância na prática humana comum. Não considero essa divergência de opinião ao longo do texto como uma incoerência, pois considerando a limitação da maioria dos seres humanos que não são capazes de agir virtuosamente sem serem estimulados pela busca de uma recompensa, é razoável considerar que o melhor seria incentivar as práticas virtuosas que almejam a glória. Desse modo, ao menos algo teria o poder de estimular o ser humano pobre de espírito a ser virtuoso em alguma medida.

137

Referências

MONTAIGNE, M. Os Ensaios Vol. I. Trad Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. Os Ensaios Vol. II. Trad. Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. Os Ensaios Vol. III. Trad Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. Essais I. Paris: Gallimard, 2009.

_____. Essais II. Paris: Gallimard, 2009.

_____. Essais III. Paris: Gallimard, 2009.

SÊNECA, Lucio Aneu. Cartas a Lucílio. Trad. J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2021.

ZWEIG, Stefan. Montaigne. Trad. Giovane Rodrigues. São Paulo: Mundaréu, 2015.

Submissão: 16. 07. 2024

/

Aceite: 01. 09. 2024